

# O dia em que detiveram Fidel Castro

A notícia da detenção de Fidel Castro, enquanto discretamente fazia um check-up de seu avariado coração numa clínica de Genebra, agitou os teletipos com maior vigor que a prisão de Pinochet, ocorrida vários meses antes na cidade de Londres. Uma vez mais, o juiz Baltasar Garzón voltou a atacar os tiranos, mas agora teve o cuidado de planejar bem as



**Como pretender que todos os assassinos e assassinados sejam iguais perante a lei?**

coisas para que as questões formais não lançassem por terra seus argumentos de fundo. Se Pinochet havia conseguido livrar-se do processo judicial por sua condição de chefe de Estado no momento em que ocorreram os crimes e torturas, Garzón desta vez limitou as denúncias aos crimes cometidos pelos sicários de Castro na década de 60, período em que, nominalmente, presidia a República o advogado Osvaldo Dorticós, enquanto Fidel funcionava como primeiro-ministro, cargo a que as leis internacionais não concedem o indigno privilégio da impunidade.

Basicamente, as acusações documentadas perante os tribunais suíços consistiam de torturas nas prisões e de vários milhares de assassinatos de adversários políticos, mal camuflados por julgamentos sumários levados a cabo por tribunais militares, processo totalmente inaceitável pela comunidade democrática internacional.

Havia, certamente, alguma diferença entre o tiro na nuca dado por um capitão chileno num detido depois de interrogá-lo e a farsa judicial de um capitão cubano que dá um tiro na nuca de outro preso depois de um "julgamento" que dura meia hora e de uma "apelação" resolvida em cinco minutos. Mas, nos "considerandos" de Garzón, essa distinção só servia para sublinhar a culpabilidade mais óbvia da cúpula dirigente cubana.

Enquanto, no Chile, a barbárie repressiva do regime podia esconder-se por trás da suposta autonomia dos assassinos, em Cuba se havia construído uma falsa legalidade para dar amparo jurídico a milhares de crimes de Estado, especialmen-

te os cometidos contra os camponeses capturados na zona montanhosa de Escambray depois dos levantes populares que tiveram lugar entre 1960 e 1966 – movimento de oposição dirigido por ex-companheiros de Castro que não aceitavam a sovietação da revolução. O arrepiante depoimento de um médico forense – que contava como eram executados al-

guns detidos (às vezes, garotos de 14 anos) sem outro objetivo senão o de fazer imediatamente a autópsia para averiguar de que se alimentavam e deduzir quem lhes poderia estar fornecendo tais alimentos – comoveu profundamente os magistrados suíços.

Menos contundentes, embora igualmente dolorosos, foram os testemunhos de quem havia visto e até participado do deliberado afundamento de balsas nas quais boiavam famílias inteiras, compostas de crianças e velhos, que imploravam aos guardas costeiros que não arremettessem contra eles com suas lanchas de ferro. Ou a terrível história de várias famílias de mestiços cubanos que fugiam de Cuba a bordo de uma pequena embarcação que foi destroçada à bala, até fazê-la naufragar, enquanto a tripulação do navio militar contemplava, com regozijado interesse, como um cardume de tubarões fazia desaparecer totalmente os infelizes passageiros.

Episódio que voltou a ocorrer de maneira parecida no verão de 1994 – dessa vez, os militares utilizaram jatos de água em vez de balas – com o afundamento do barco *Treze de Março*, lotado de refugiados: um crime em que mais de 20 crianças, além de seus pais, foram convenientemente liquidadas em nome do socialismo.

Mas, se a detenção de Castro guardava muitas semelhanças com a de Pinochet, o mesmo não aconteceu com as reações. Baltasar Garzón, que apenas havia cumprido seu dever de perseguir os autores de crimes contra a humanidade, como figura nos códigos penais e nos acordos internacionais, logo viu sua casa cercada por grupos que gritavam "fascista!" e "agente dos ianques!", enquanto as páginas dos jornais se enchiam de artigos que o insultavam por ter pretendido equiparar o esmagamento de um desprezível verme cubano anticasquista à morte de um bravo chileno antipinochetista. Naquela noite, os telejornais mostraram as imagens de violentas manifestações diante da Embaixada dos EUA, convocadas pelo Partido Comunista e pelas Comisiones Obreras – o sindicato comunista –, à frente das quais aparecia, vociferante, Julio Anguita, um stalinista fanático disposto a justificar, em nome do marxismo, a morte ou a prisão de milhares de operários cubanos, pois havia muitas décadas que desaparecera naquele país a "classe exploradora" – um extremo que não se atreviam a negar nem mesmo Haro Tegen, Vázquez Montalván e Francisco Umbral, três notáveis comunistas de orientação

marxista que, sistematicamente, apóiam o verdugo dos trabalhadores cubanos, sem tentar explicar racionalmente por que na Espanha se solidarizam com os operários e em Cuba, com quem os esmaga.

E não se tratava de um fenómeno espanhol. Em praticamente todas as capitais do Ocidente acontecia o mesmo. Em Montevideu, foi Tabaré Vázquez quem encabeçou os protestos, seguido bem de perto por Eduardo Galeano e Mario Benedetti, que desfilaram respaldados por um coro de velhos tupamaros treinados em Cuba durante a etapa guevarista. No México, foi Palacios Alcocer, em nome do PRI, que, depois de recordar seu apreço pelo modelo cubano e por esse campeão da modernidade e da liberdade que é Fidel Castro, fez uma declaração oficial de apoio ao líder máximo, assombrosamente semelhante à que foi redigida em Chiapas pelo subcomandante Marcos, a tal ponto que a revista *Proceso* confundiu os nomes no pé dos textos e, ao que parece, ninguém se deu conta nem se importou com isso. No Equador, Guayasamín, depois de uma noite de furiosa insônia, inaugurou um mural expressionista no qual um Castro agrilhado, com seus inimigos decapitados sob suas botas, rompia as cadeias enquanto emitia um grito que, felizmente, a enorme tela não conseguiu captar. Na Colômbia, "Tiro Fixo", do fundo da selva, Daniel Ortega, de Manágua, e Lula, de São Paulo, juntamente com outros "intelectuais" do calibre de Jack Lang – aquele inefável ministro da Cultura de Mitterrand –, uniram sua assinatura a um manifesto redigido a duas mãos por García Márquez e José Saramago, o último Prêmio Nobel, no qual se exige a imediata e incondicional libertação de Fidel Castro e o simultâneo julgamento do juiz Garzón, por pretender que todos os assassinos e todos os assassinados sejam iguais perante a lei.

"Isso", dizia o manifesto, "só pode passar pela cabeça de um agente da CIA." Contam que Castro voltou a Havana triunfalmente. Parece que Garzón se tornou monge trapista e hoje vive escondido do mundo...

